

## **Gustavo Cunha Mello**

ECONOMISTA COM MBA EM GERENCIAMENTO DE RISCOS PELA COPPE/UFRJ, PÓS-GRADUADO EM ENGENHARIA DE PLANEJAMENTO E MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO PELA UFF. PROFESSOR DA ESCOLA SUPERIOR NACIONAL DE SEGUROS (ESNS)

## **Moacyr Duarte de Souza Junior**

ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE RISCOS, PLANEJAMENTO DE EMERGÊNCIAS E CATÁSTROFES TECNOLÓGICAS, COM ÊNFASE EM REFINARIAS DE PETRÓLEO. COORDENADOR TÉCNICO DO GRUPO DE ANÁLISE DE RISCO TECNOLÓGICO E AMBIENTAL (GARTA) E PROFESSOR DA COPPE/UFRJ

*POR* MARIANA SANTIAGO E VERA DE SOUZA

*FOTOS* ADRIANA LORETE E MARCELO CARNAVAL

# Riscos

## *do imprevisível ao inevitável*

---

As tragédias que têm marcado a sociedade brasileira seriam evitadas ou nem chegariam a ocorrer se houvesse em cada cenário um programa de gestão de risco. São acidentes que esbarram na falta de profissionais qualificados para a averiguação, de histórico de antigos sinistros e de iniciativa do empresariado em se precaver. As seguradoras, nesse aspecto, podem desempenhar um papel crucial para amenizar ou dificultar o futuro (catastrófico) imaginado, como avaliam os especialistas em Gerenciamento de Riscos Moacyr Duarte e Gustavo Mello nesta entrevista à Cadernos.

**CADERNOS:** Temos observado acidentes de grandes proporções no país, sendo os mais recentes os incêndios da Transportadora Petrogold, em Duque de Caxias (RJ), e da Boate Kiss, em Santa Maria (RS). O que deu errado nesses dois casos? Falta gerenciamento de risco?

**GUSTAVO MELLO:** No caso da Petrogold, mesmo ainda sem o resultado final da perícia, é possível que tenha havido falha humana. O funcionário pode ter esquecido de aterrar o caminhão (normalmente colocando correntes ou malhas metálicas ligadas ao veículo em contato com o solo). Assim, descarregaria a eletricidade estática (do atrito do metal com o ar) do mesmo. Se isso não foi feito, pode ter havido uma centelha que tenha dado ignição ao combustível, gerando todo o incêndio. Mesmo assim, se houvesse

uma brigada treinada e espuma sintética em quantidade, o foco do incêndio poderia ser combatido diretamente nos tanques em chamas e não chegaria ao que chegou: vítima fatal, planta industrial toda queimada e os danos extramuros. O incêndio ocorrido na boate Kiss (que aconteceu em dezembro de 2012, na cidade de Santa Maria, sul do Brasil, e vitimou 242 pessoas), por sua vez, foi um evento que marcou e chocou a todos, sendo amplamente divulgado pela mídia. Acredito que ambos os eventos tenham, repetidamente e mais uma vez, alertado o país e ensinado sobre alguns riscos que passam despercebidos.

**MOACYR DUARTE:** O Polo Industrial de Campos Elíseos, em Duque de Caxias, é formado por um grupo de empresas do setor petroquímico. Lá, o que existe, é o Programa de Atendimento a Emergência – PAE.



**Toda tragédia marca uma sociedade, e essa marca, infelizmente, acaba, por um lado, contribuindo para o mercado de seguros. Por outra, serve mais aos empresários que temem que lhes aconteça o mesmo.** ∞∞



Se alguma das empresas do polo tiver um problema, como o ocorrido com a Petrogold, esse programa prevê que as demais a ajudem. Já essa empresa que pegou fogo está instalada junto a uma miríade de distribuidoras fora do polo, e numa área onde os terrenos são mais baratos. A companhia operava por liminar e é interessante observar que, quando o advogado da mesma foi entrevistado sobre como eles operavam, tenha respondido que “melhor seria perguntar às autoridades”.

A gestão de risco analisa o futuro imaginado. Tomando como exemplo um carro, são avaliadas a probabilidade de um determinado sinistro e a ponderação sobre o pagamento. Claro que o imponderável acontece, mas o que observo é que as avaliações são fracas, com base em metodologia anacrônica.

**CADERNOS:** Podemos afirmar que estes ocorridos estão levando a uma mudança de postura, com contratação de mais seguros?

**G.M:** Talvez agora as pessoas entrem numa boate ou num clube olhando se há saída de emergência, extintores próprios, por exemplo. Fatalmente, se começar um incêndio, isso gerará pânico, correria, o que não ajuda. Porém, toda tragédia marca uma sociedade, e essa marca, infelizmente, acaba, por um lado, contribuindo para o mercado de seguros. Por outra, serve mais aos empresários que temem que lhes aconteça o mesmo. Acredito que aí reside o ponto principal da história: o empresário, agora, antes de contratar um seguro, vai querer gerenciar o risco. É o início de duas preocupações crescentes, para esses empreendedores: com a vida do próximo e em ter o mínimo de exigências de gerenciamento de risco atendidas para reduzir o risco que lhes afeta. Se ainda não há a preocupação com a vida do próximo, há o medo de ir para a cadeia. Essa é a grande questão, e isso, de certa forma, é muito bom para a sociedade, pois gera o amadurecimento que precisávamos. Países de primeiro mundo já passaram por situações semelhantes. Não que eles tenham sido sempre corretos, mas os responsáveis começaram a ser presos e as pessoas passaram a ter mais cuidado.

**M.D:** A morte desses jovens é o que chamo de pedagogia cruel. É a síndrome do enfartado que, atualmente, se alimenta de maneira equilibrada, faz atividades físicas etc. Mas precisava enfartar para chegar a isso?

A questão crucial é que não há fiscais suficientes que possam averiguar tudo. Menos de 24 horas depois do ocorrido em Santa Maria, foram fechadas 123 casas, só no Rio de Janeiro. Se havia problemas grosseiros que levaram ao fechamento desses estabelecimentos, por que só depois do incêndio?

Acredito que, no caso de Santa Maria, o seguro poderia ter prestado um verdadeiro serviço social. A seguradora poderia vistoriar, apontar o que estava errado, o que deveria ser mudado e poderia ajudar na compra de equipamentos necessários, através de parcerias com empresas de material elétrico, por exemplo. Ou seja, ter uma postura técnica mais assertiva, como abrir outras portas, tirar grades: essas atitudes teriam convencido aquelas pessoas de que aquilo era um absurdo, e poderiam ter contribuído para poupar a vida daqueles jovens.

**CADERNOS:** Devido a esses acidentes, o país volta os olhos para os cuidados com a segurança. Como mitigar tais riscos em locais que abrigam ou abrigarão eventos de médio ou grande porte? Que tipo de seguro as empresas começam a procurar a partir desses fatos? Qual seria a condição mais básica na organização de um evento para que se possam evitar acidentes que se transformem em tragédias?

**M.D.:** A posição, hoje é, de uma forma geral, anacrônica. Em alguns casos não se tem nem uma avaliação que se possa confiar. Não se pode só mandar garotos novos para fazer uma avaliação. Concordo que é preciso renovar os quadros, mas a expertise de quem já trabalha há muito tempo é fundamental. Em alguns casos, não há nem o histórico de antigos sinistros para serem consultados. Algumas seguradoras já pagaram diversas vezes pelo mesmo tipo de sinistro, mas não têm uma memória. Isso poderia virar uma apostila, mostrando o cálculo de dano etc, e serviria de exemplo para julgar o próximo. É assim que se faz o aprendizado.

Eu defendo que deveria existir uma lei que obrigasse toda obra de engenharia a passar por revisão e manutenção de tempos em tempos, a exemplo dos automóveis, que vêm com um manual que recomenda o que deve ser feito a cada período. Mas obra de manutenção não dá íbope.

**G.M:** Jogar esse tipo de evento na conta das seguradoras, está errado, porque essa conta, no caso específico



**Menos de 24 horas depois do ocorrido em Santa Maria, foram fechadas 123 casas, só no Rio de Janeiro. Se havia problemas grosseiros que levaram ao fechamento desses estabelecimentos, por que só depois do incêndio?** 99

da boate Kiss é do poder público, de não vistoriar, e dos empresários, por não seguirem as normas técnicas. Se o empresário fizesse isso, a boate possuiria uma saída de emergência, ele admitiria que ela estivesse lotada acima do que o local suportava, etc. Também passa pelas normas técnicas a observância a critérios que beiram o bom senso. Porém, existem normas técnicas de uso de fogos de artifício nos mais diversos locais, tanto externamente quanto internamente. O seguro não resolveria esse problema, não salvaria as pessoas – no máximo, pagaria as indenizações. Mesmo que houvesse o seguro, poderia ser que, diante de tantas irregularidades, a seguradora negasse a indenização.

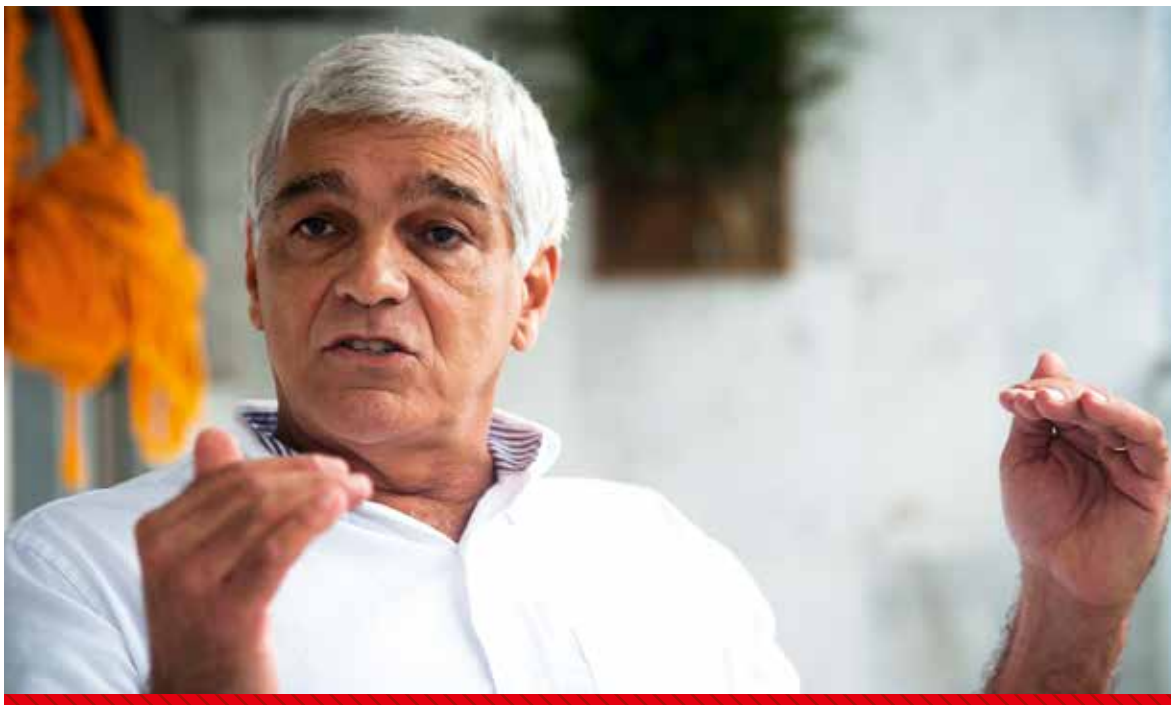
A seguradora faz a vistoria conforme as próprias necessidades. Ao não fazer a vistoria, ela está assinando um cheque em branco. Um exemplo, um empresário tem uma fábrica ou empresa, que não possui a instalação elétrica de gás adequada. Durante a vistoria, a seguradora faz as recomendações e vincula a realização do seguro ao cumprimento da norma. Essa é uma questão. Outra questão é a seguradora não ter feito a vistoria e o local pegar fogo por qualquer motivo. A seguradora, então, paga a indenização, mas, em geral, não é isso que acontece. O dono do negócio se utiliza

de uma instalação inapropriadamente, enfim, pratica atividades que são proibidas pelas normas de segurança. Sofre um acidente e a história passa a ser outra. Se o estabelecimento se incendiasse naturalmente ou por um acidente comum ou afim à atividade dele, a seguradora pagaria. Porém, se o empresário exagerou no risco ou cometeu alguma ilegitimidade, a seguradora avalia se paga ou não a indenização.

No caso da boate Kiss é bem complicado falar em seguro. Até porque, é difícil fazer seguro para boate, como também o é para, armazéns, centros de distribuição, fábricas de colchão ou lojas que trabalham com marcenaria, para citar alguns exemplos. Como muitas delas são inadequadas, a seguradora recusa.

O que o advento da boate Kiss vem mostrar, e isso já está acontecendo no Brasil há algum tempo, é que, com a privatização do Instituto Brasileiro de Resseguro (IRB), veio o ponto de flexibilidade do mercado. Até 2006, não havia esse problema, pois todas as seguradoras aceitavam qualquer risco e repassavam para o IRB que, a partir disso, tinha de assegurar toda e qualquer empresa do país. E os empresários desleixados se aproveitavam disso.





Portanto, quando houve a abertura do mercado de resseguro, no final de 2006, começo de 2007, o mercado teve um ponto de flexão e o IRB passou a se permitir dizer não. E aí, começou o problema no país inteiro. Estamos em 2013, vivendo no centro desse problema que se constituiu em “o mercado agora pode negar o risco ruim”. Daí começou a nascer a necessidade de gerenciamento de risco. Isso quer dizer que todo seguro para fábrica de colchão ou para supermercado será negado? Claro que não, pois vários deles têm seguro.

**CADERNOS:** Temos visto, no caso do Rio de Janeiro, recorrente episódios de incêndio em imóveis antigos, em sua maioria tombados pelo patrimônio histórico. Por estarem, em muitos casos, em mau estado de conservação, as seguradoras podem recusá-los como clientes?

**G.M:** O que acontece é que muitos dos empresários desses estabelecimentos têm a cultura de estocar suas mercadorias até o teto da loja, misturam secos e molhados, não instalam *sprinklers*, por ser muito caro. Porém, são atitudes que reduziriam o risco. A maioria, no entanto, não quer investir, no máximo, tem um extintor de incêndio.

**M.D:** Com a recente ascensão de uma fatia da população, a compra de bens de consumo duráveis aumentou consideravelmente. No entanto, as instalações prediais, em sua maioria, não suporta essa quantidade de novos eletrodomésticos. O consumidor acaba pagando duplamente pelo bem adquirido e ainda corre o risco de ter seus bens danificados, podendo mesmo perder tudo em eventos mais graves. Nesse caso, as seguradoras perdem a chance de realizar bons negócios. Elas poderiam analisar o risco e ver o que é possível fazer, começando por negociar fios, disjuntores e todo tipo de material elétrico a um preço menor, adequando os imóveis às atuais necessidades. A grande massa necessita de seguro e, se forem apresentadas soluções como essa, ficarão fiéis, por verem seu problema resolvido. A seguradora ficaria tranquila, pois saberia que a possibilidade real de pagar um eventual sinistro se tornaria baixíssima. A inadequação metodológica está afastando bons negócios para as seguradoras. A sofisticação técnica das seguradoras traria benefício social para o conjunto, atuando como forte indutor de melhoria da qualidade de segurança – e isso sem perder a lucratividade. ●